

O LUGAR DOS CAMPONESES NA ESTRUTURA DE CLASSE: ALGUMAS REFLEXÕES GERAIS A PARTIR DE UM CASO PARTICULAR *

Marcel Jollivet**

I – INTRODUÇÃO

O texto que segue não tem nenhuma relação direta com a realidade nordestina. Ainda assim é importante, sobretudo no atual contexto político do Brasil. Com este trabalho, não se pretende trazer "revelações", senão reabrir o debate sobre uma questão que me parece, em geral, solucionada apressadamente, como se a história já lhe tivesse fornecido uma resposta clara e definitiva. Esta questão refere-se ao lugar dos camponeses na estrutura de classes das formações sociais capitalistas. De fato, para esta questão, como para muitas outras – talvez todas as que se colocam para o analista em ciências sociais – a história não faz outra coisa, a não ser ensejar-nos a novas perguntas, ela nunca chegou a fornecer a "prova", como pretendem alguns, do que são os camponeses como classe ou conjunto de camadas sociais. A história não terminou e não tem o que fazer com as essências; ela é o resultado de forças sociais concretas, contraditórias, sempre em transformação e os camponeses são parte dessas forças. O sentido do nosso trabalho é precisamente de conhecê-las e torná-las conhecidas. É necessário, porém, evitar que esquemas preconcebidos venham substituir a análise histórica real.

É precisamente neste ponto que se situa a importância que tenho a pretensão de atribuir a minha exposição. Entendo com efeito, que a história da Europa é demasiadamente tomada como modelo teórico. Em particular, as análises feitas por Marx e Engels, num primeiro tempo, por Kautsky e Lênin depois, e finalmente por todos seus seguidores até hoje, relativas ao lugar da agricultura e do campesinato no desenvolvimento do capitalismo e na luta de classes, servem de modelo explicativo geral e, portanto de modelo

* Tradução de Ghislaine Duqué, revisão de Elimar do Nascimento. (Subtítulos da redação).

** Diretor de pesquisa no Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS), responsável do grupo de pesquisas sociológicas (Sociologia Rural) da Universidade de Nanterre (Paris X), França.

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano I	Nº 1	5 – 24	jul. - dez. / 1982
-------------	----------------	-------	------	--------	--------------------

histórico. Nesta perspectiva, simplifica-se muitas vezes de maneira extrema as análises que, em última instância, são mais sofisticadas e contraditórias do que em geral se comenta, particularmente no caso de Marx e Lênin. A história da Europa é a da divisão entre os movimentos camponeses e operários, fomentada e utilizada pela burguesia para manter a sua dominação. Constitui, no entanto, um paradoxo que as análises feitas sob a ótica do método marxista só contribuem, na medida em que se referem ao modelo europeu erigido em modelo geral, válido para todos os países do mundo, e estender o esquema de aliança de classes que proporcionou o êxito da burguesia nos primeiros países capitalistas. Parece-me que se pode afirmar que estamos aqui frente a um processo típico de produção ideológica interna ao capitalismo e o que pode aparecer, com razão, como perversão da análise marxista, me parece, pura e simplesmente, decorrer do desleixo de uma das regras de ouro do método marxista, que é um método histórico. É a esse procedimento histórico que quero voltar, é ele que pretendo "por de pé". Partindo de uma análise realmente histórica da situação do campesinato na estrutura de classes na França, gostaria de definir alguns grandes eixos e formular algumas perguntas fundamentais da problemática da análise histórica concreta de uma situação concreta. Embora totalmente consciente de estar me apoiando numa história particular de uma formação social específica, estou convencido de que esta análise tem, a um certo nível, um valor universal. É necessário precisar isso para que os leitores também possam se dedicar à análise concreta da situação concreta dos camponeses na estrutura de classes do Brasil. Não ignoro que esses debates já estão atualmente abertos aqui e que deram origem a uma abundante literatura, notadamente a respeito da questão da pequena produção. Quero portanto, muito modestamente, dar uma contribuição a esses debates, valendo-me das vantagens e sofrendo os inconvenientes de ser o produto de outra história.

A questão levantada aqui (o lugar dos camponeses na estrutura de classes) é de grande interesse, ao mesmo tempo teórico e político. Seu interesse, teórico provém do fato de que se trata de um problema difícil, em razão das características particulares da agricultura, como atividade de produção, e dos grupos sociais ligados à atividade agrícola, como camadas e classes sociais. Na terminologia marxista, o camponês é, a rigor, inclassificável quando não se trata de um assalariado agrícola puro e simples, que apenas tem a sua

força de trabalho para vender, percebendo uma quantia de dinheiro em troca desta, caso relativamente raro na população agrícola economicamente ativa. Ele é também dificilmente classificável por parâmetros estatísticos. Basta enumerar a relação dos termos utilizados para designar as diversas situações nas quais ele pode se encontrar em relação à terra e ao produto de seu trabalho, para fazer aparecer a diversidade das relações sociais nas quais se inscreve o trabalho agrícola.

Essa própria diversidade constitui um problema, e obriga a aprofundar a reflexão sobre a noção de classe social e sobre a teoria do desenvolvimento do capitalismo. Nesse sentido, o problema levantado configura-se como uma questão teórica central para as ciências sociais.

Esse interesse teórico é acompanhado de um interesse político, pois, enganando-se a respeito das posições de classe das diversas camadas do campesinato, cometem-se erros de sérias conseqüências econômicas, sociais e políticas. Basta evocar o exemplo dos países socialistas para se convencer disso.⁽¹⁾ Mais recente na história, o caso de Portugal mostra que as forças políticas de esquerda não sabem fazer dos camponeses seus aliados (digo não sabem, e não, não podem) e que esse fracasso os impede de ascender ao poder.

Ora, as opiniões as mais diversas, e também as mais extremadas, existem a respeito do papel que o campesinato pode desenvolver na luta de classes. Os camponeses são conservadores, até reacionários, dizem alguns. Só a classe operária, acrescentam eles, tem uma "capacidade" revolucionária. Apoiam-se frequentemente sobre o que Marx disse dos camponeses franceses no "18 Brumário de Louis-Napoléon Bonaparte" para justificar essa tese. Os camponeses são revolucionários dizem outros, apoiando-se sobre o exemplo da China de Mao Tse Tung ou, mais recentemente, sobre o exemplo vietnamita. Pode-se também encontrar em Marx passagens onde se evocam as potencialidades revolucionárias existentes, pelo menos, em certas camadas do campesinato. Em Lênin, e depois em Mao Tse Tung, esta perspectiva encontra-se

(1) *Uma pesquisa sobre a Polônia realizada por Jean-Charles Szurek coloca em evidência as interações entre o poder político, as ideologias e as pesquisas econômicas e sociais num país socialista. Trata-se da tese de doutorado "Sciences sociales et politique en Pologne: la question agraire de 1948 à 1956", Paris 1979.*

sistematizada no que se pode chamar de “teoria do camponês pobre” (oposto ao kulak”).⁽²⁾

A existência de pontos de vista os mais divergentes mostra que o problema do lugar ocupado pelos camponeses na estrutura de classes está mal situado e induz a aprofundar a análise sociológica neste aspecto.

Não pretendo absolutamente apontar a solução para esta questão. Penso, aliás, que não existe solução teórica, solução em si. Pelo contrário, aqui como alhures, é a ação das forças sociais que traz a única resposta possível, aquela dada pela história. Apenas quero dizer que a história é mais aberta do que se diz geralmente: que existem várias histórias possíveis, e não uma só.

Queria, portanto, apresentar algumas observações, reflexões e questões que, acredito, sejam suscetíveis de ajudar os sociólogos a formular perspectivas de pesquisa que tomem em consideração a condição histórica dos camponeses.

Vou me apoiar na minha experiência de pesquisador francês, bem consciente dos limites deste ponto de vista.

A história e as estruturas agrárias francesas se caracterizam pela importância representada pela exploração familiar. Na sua imensa maioria, os estabelecimentos agrícolas franceses são dirigidos por um pequeno produtor independente que trabalha a terra com os membros de sua família e é proprietário, há um século, de sua terra e de seus meios de produção. Este quadro é, certamente, muito diferente do apresentado pelo Brasil. Não obstante, a importância da pequena propriedade camponesa parece aqui longe de ser tão negligenciável como se diz geralmente. Por outro lado, se os camponeses franceses são, hoje, na sua imensa maioria, pequenos produtores diretos, proprietários, a situação não era a mesma há um século e meio. A classe dos grandes proprietários era então muito mais potente. Grande número de cam-

(2) *Em 1968, os estudantes franceses partiram ao campo à procura desses camponeses revolucionários. Depararam-se com uma incompreensão geral. O mesmo aconteceu com os jovens oficiais “esquerdistas” do exército português, em 1974-75, quando empreenderam uma ampla campanha de ação cultural a fim de conseguir sua adesão à “revolução dos cravos”. Essas experiências inábeis, baseadas numa visão nítida dos camponeses (e da revolução) reforçam a imagem de um camponês reacionário, quando esses fracassos só fazem traduzir o total desconhecimento do campesinato. Os fracassos sempre estão na altura das ilusões.*

poneses eram parceiros (ou especificamente: meieiros) e os proprietários de parcelas mínimas (os camponeses parcelários) tinham que trabalhar nas grandes propriedades ou emigrar temporariamente para a cidade, para sobreviver. Não quero dizer que a França de 1830 apresentava a mesma paisagem que o Brasil de 1980, mas faço questão de frisar que o campesinato francês, na época em que articulava de maneira decisiva sua aliança de classe com a burguesia, era, na sua grande maioria, um pequeno campesinato pobre ou um campesinato dominado pela grande propriedade, e não esse campesinato médio de hoje que adquiriu seu estatuto de pequeno produtor autônomo. Aliás, ainda hoje, grande número de chefes de explorações agrícolas são obrigados a ter outra atividade para poder sobreviver.

Entro nessas minúcias para evitar que a imagem necessariamente rápida e simplificada do campesinato francês que lhes dou aqui, leve-os a acreditar que o exemplo da história agrária não pode ser de nenhuma utilidade aqui. Pelo contrário, na medida em que o campesinato francês tem, hoje, as características que indiquei, e que essas características são o produto de uma história, o exemplo francês merece ser tomado em consideração.

Para tratar de um assunto tão vasto, optei partir diretamente da noção de estrutura de classes. Considerarei esta, sucessivamente, sob dois ângulos que me parecem importantes para definir e caracterizar a estrutura de classe:

- 1) os mecanismos da produção e da repartição da mais-valia;
- 2) as alianças de classes.

A necessidade de considerar esses dois níveis aparecerá no corpo da exposição.

II – OS CAMPONESES E AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO CAPITALISTAS

A primeira questão parece ser a seguinte: que lugar ocupam os camponeses na estrutura de produção e de repartição da mais-valia? Em outros termos, onde se situam nas relações de produção capitalistas? A resposta a esta pergunta é evidentemente essencial para situar os camponeses na estrutura de classes.

Esta resposta seria simples se a agricultura tivesse se tornado capitalista, seguindo a mesma via que a indústria, através de um processo de desaparecimento dos produtores diretos e de formação de grandes “empresas”

agrícolas com assalariados. Teríamos presenciado a formação de uma classe de empresários oposta à uma classe de proletários, cada uma dessas duas classes incorporando-se na classe correspondente do capitalismo industrial. Sabe-se que este é o esquema de evolução previsto por Marx para a agricultura, contudo com um detalhe: Marx estimava que os grandes empresários agrícolas seriam arrendatários e que a classe dos grandes proprietários fundiários se manteria e formaria uma classe suplementar, específica à agricultura.

Esse tipo de evolução pôde se produzir em alguns sistemas de produção franceses: a grande agricultura de cereais e beterrabas da Bacia Parisiense configura-se como agricultura capitalista, ainda que os limites de seu caráter capitalista sejam constantemente frisados. Em todo caso, é uma exceção.

A evolução característica da agricultura francesa — e até europeia de maneira geral — consiste na consolidação da exploração familiar. Esta apresenta traços bem característicos que importa lembrar.

O chefe do estabelecimento não é um patrão, um empregador — é o chefe de família; é enquanto tal que exerce autoridade sobre a exploração, que é seu mestre de obras. Sua mão-de-obra não é assalariada, mas familiar: constituída por ele mesmo, sua esposa, seus filhos e eventualmente outros familiares que moram debaixo de seu teto. É uma mão-de-obra gratuita, ou seja, mão-de-obra cuja reprodução não se faz mediante um salário, mas mediante valores de uso distribuídos dentro do próprio lar. A terra, meio de produção fundamental, não é capital, é patrimônio da família. Os outros meios de produção tampouco são capital na medida em que não são destinados a obter um sobretabalho de mão-de-obra assalariada. São, com a terra, os instrumentos de trabalho pelos quais o grupo familiar se reproduz socialmente a partir de seu próprio trabalho coletivo. Trata-se, portanto, de um produtor independente que trabalha ele mesmo sua terra e vende o produto de seu trabalho e não sua força de trabalho. Formalmente, não há nada de capitalista nesta estrutura de produção.

Isto não significa que a atividade agrícola que se desenvolve nesse quadro seja um corpo estranho no interior das formações sociais capitalistas e não tenha qualquer relação com o capitalismo. Pelo contrário, ela se integra nele de uma maneira perfeitamente satisfatória. A produção agrícola familiar apresenta, com efeito, várias vantagens para o capitalismo:

1. – Ela produz as mercadorias agrícolas ao menor custo, e isto é de uma importância primordial para a fixação dos salários. Por que o menor custo? Primeiro, em razão da utilização de mão-de-obra gratuita, isto é mão-de-obra cuja totalidade dos custos de reprodução não está incluída nos custos de produção das mercadorias agrícolas. Por outro lado, o camponês, não sendo um capitalista, não exige a taxa de lucro médio para seus capitais uma vez que nem a terra, nem os animais, nem os instrumentos de trabalho constituem capitais mas apenas instrumentos de trabalho, e como tais, bens mediante os quais o grupo familiar pode se reproduzir ao mesmo tempo física e socialmente (o que constitui o próprio sentido da noção de patrimônio). Enfim, como veremos mais adiante, o camponês não cobra a renda fundiária. Portanto, o que ele exige como preço das mercadorias por ele produzidas (e não de seu trabalho) é apenas o necessário para sua reprodução e a de seu patrimônio graças ao qual ele pode se reproduzir.

2. – A pequena produção permite, portanto, a extração de um sobretabalho das famílias camponesas e esta concorre para a acumulação do capital de várias formas:

a) A produção de mercadorias agrícolas ao menor custo permite limitar os salários e favorece, portanto, a acumulação do capital social global. A crise que atinge a França desde 1973, tem seus efeitos no campesinato em termos de queda do nível de vida. Esta mesma crise, cujas conseqüências também atingem a classe operária, se expressa para esta – e só para esta – na forma de desemprego total ou parcial. É sintomático que, para os camponeses, não se fala em desemprego pois não são assalariados, são produtores diretos. Isto dito, a pressão – e a punção – que se operam sobre suas rendas, servem para limitar a alta dos salários e permitir a reconstituição das taxas de lucro atingidas pela crise econômica.

b) A produção de mercadorias agrícolas a baixo preço para as indústrias agro-alimentares permite a acumulação do capital nesses ramos.

c) Os camponeses contribuem também para a acumulação do capital mediante suas compras. Bens e produtos de cultura são comprados segundo uma lógica do trabalho e não do capital. Trata-se, para o camponês, de aumentar a produtividade de seu trabalho para responder à diminuição do preço das mercadorias que ele coloca no mercado. Não se trata do cálculo de rentabilidade de um investimento. Equipamentos superdimensionados e endividamento são os dois seios onde mamam as indústrias de materiais agrícolas, de adubos, de produtos de cultura bem como o crédito agrícola.

Assim, de maneira geral, pode dizer-se que a pequena produção camponesa é, para o capitalismo, um meio bem superior à relação salarial para mobilizar uma força de trabalho na produção agrícola. Mas além disso:

3. — As famílias agrícolas mantêm, gratuitamente, para o capitalismo, uma reserva de mão-de-obra.

Isto se observa particularmente hoje, pois nota-se uma diminuição do êxodo rural consecutivamente à crise econômica atual. Os jovens, rapazes e moças, que deveriam ter procurado um emprego na cidade permanecem em suas famílias em razão do desemprego. Aí, eles são mantidos sem ônus para a coletividade.

4. — Uma outra vantagem da pequena propriedade camponesa para o capitalismo é que ela resolve da melhor maneira possível o problema da renda fundiária. Já vimos que ela permite superar o obstáculo que esta podia representar para a penetração do capital na agricultura: através da obtenção de matérias primas baratas e das compras feitas segundo uma lógica de trabalho e de economia doméstica, as indústrias a montante e a jusante conseguem realizar a acumulação de capital.

Mas, além disso, a pequena propriedade camponesa elimina a extração de uma renda fundiária como tal sobre a mais-valia social. Este ponto é importante e merece ser desenvolvido.

O camponês é proprietário da terra por ele trabalhada, e trabalha a terra que possui. Portanto, teoricamente, é ele o beneficiário da renda. Porém, como proprietário, não precisa pagar renda, e como vive do produto de seu trabalho, não necessita exigi-la para subsistir. Pode dizer-se, sempre teoricamente, que a renda é incorporada ao preço pelo qual ele vendeu seu produto no mercado. Consequentemente, o camponês extrai renda da mais-valia social global. Supondo tal proposição consistente teoricamente — o que se precisaria demonstrar — que sentido pode ter no plano da análise social das relações de classe nas quais os camponeses se situam?

Precisamos fazer aqui duas observações:

a) Os pequenos e médios camponeses não constituem uma classe social de proprietários, isto é, ociosa e vivendo do trabalho dos outros, mas vivem de seu trabalho e até fornecem um sobre-trabalho. Não podem ser classificados como proprietários fundiários que vivem da renda da terra.

b) Os pequenos e médios camponeses não utilizam trabalho assalariado, isto é, não se utilizam do monopólio da propriedade da terra (do qual gozam) para se beneficiar também de uma mais-valia.

Conclui-se do exposto que os camponeses não existem como classe extraindo renda do solo, se se entender por isso uma classe que pode viver sem trabalhar, graças à renda fundiária que o monopólio da propriedade da terra lhe permitiria extrair sobre a produção social global de valor.

Ao contrário, graças à pequena propriedade camponesa, o capital não precisa investir na terra para assegurar a produção agrícola, uma vez que os camponeses, na sua lógica de pequenos proprietários produtores, são candidatos à aquisição da terra para se manterem como pequenos produtores independentes, sem exigir, em contrapartida, a renda fundiária, como expusimos acima.

Assim, a produção agrícola pode ser assegurada sem que nenhuma apropriação de renda fundiária venha freiar a acumulação do capital. Em suma, pode dizer-se que a implantação da pequena propriedade na França camponesa que exigiu vários séculos para se realizar, constitui uma verdadeira reforma agrária cujo custo recai sobre os próprios camponeses. Isso, do ponto de vista do capital, é uma operação perfeitamente interessante tanto no plano político, graças à constituição de uma classe de pequenos proprietários, quanto no plano econômico.

Convém assinalar que o capitalismo europeu não deixou, e continua sem deixar, que se instale, ou pelo menos se generalize uma estrutura agrária de tipo capitalista, apresentando as três classes previstas por Marx. Pode explicar-se isto dizendo que a solução da pequena propriedade camponesa era preferível porque suprimia a renda fundiária como acabamos de ver. Porém, esse tipo de especulação é precisamente o contrário de uma análise social porque dá a impressão que alguém, em algum lugar, espécie de demiurgo do capitalismo e da história, pensou, quis e organizou a evolução histórica mais desejável, ou ainda que algum mecanismo obscuro, porém rigoroso e infalível, tem gerido implacavelmente a construção mais coerente e mais racional do ponto de vista do capitalismo.

Ora, não se trata de nada disso. O quadro que pinteí das vantagens que o capitalismo pode encontrar na pequena propriedade e na pequena produção camponesa é muito esquemático; e desse ponto de vista, totalmente insatisfatório, na medida que é funcionalista. Neste quadro, apenas lembrei coisas conhecidas, algumas delas merecendo inclusive ser examinadas mais de perto. Busquei simplesmente situar o campesinato nas relações de produção capitalistas e mostrar que a pequena propriedade e a produção direta podiam ser integradas à lógica capitalista, e de maneira a permitir a extração

de um sobre-trabalho em cima dos produtores diretos. Isto situa estes últimos num lugar específico na estrutura de classes, isto é, do lado dos trabalhadores que fornecem um sobre-trabalho.

Porém, esta análise não é suficiente porque não explica como, nem porque, a agricultura tem evoluído, no interior do capitalismo, no sentido de um reforço da estrutura familiar das explorações, como e porque, os camponeses permaneceram produtores independentes, como, enfim, se construiu essa articulação aparentemente tão perfeita entre o capitalismo e um setor da produção no qual as modalidades de submissão do trabalho não tomaram a forma mais típica do capitalismo.

Para responder a essas perguntas, é preciso voltar à história. Com efeito, se a pequena propriedade camponesa ocupou progressivamente, um lugar sempre mais importante, e, finalmente, essencial, nas estruturas da produção agrícola francesa - e, mais uma vez, poderia se dizer a mesma coisa da maioria dos países europeus - é que o desenvolvimento do capitalismo se fez em condições históricas bem definidas. As estruturas agrárias herdadas do feudalismo e de sua decomposição pesaram em toda sua plenitude. A burguesia apoiou-se sobre o campesinato em luta contra o poder dos feudais e a exploração feudal, para abater a grande propriedade fundiária aristocrática, que constituía a base política da realeza e se opunha ao advento da república burguesa.

Assim, a estrutura agrária que se desenvolveu, e que domina hoje na França, é o produto histórico da aliança entre a burguesia e o campesinato forjada no século XVIII, para lutar contra o feudalismo e a monarquia. E o lugar ocupado pelos camponeses nas relações de produção capitalistas, e que acabamos de analisar, é o produto - paradoxal, é necessário reconhecê-lo - dessa aliança. Mas o paradoxo talvez seja menor do que parece e, frente ao passivo, coloca-se o ativo da aliança a favor dos camponeses: o fato que se mantiveram no seu estatuto de produtores independentes. Explorado, porém produtor independente: produtor independente, porém explorado. Assim aparece o estatuto contraditório que o camponês tira de sua aliança com a burguesia. Essa contradição demonstra que a própria aliança, longe de ser natural, como se diz frequentemente, é contraditória. E se esta conclusão é correta, seu alcance, sem dúvida é enorme, pois sugere que outras alianças seriam possíveis.

Chega-se, assim, ao segundo ponto da análise: as alianças de classes. Vê-se que este é o complemento indispensável do primeiro, isto porque as relações econômicas analisadas são, elas mesmas, o produto, o resultado constantemente questionado de, pelo menos, dois séculos de negociações entre o campesinato e a burguesia, em aplicação de uma aliança de classe conflitual.

III – A ALIANÇA DE CLASSES

A segunda questão que precisa ser colocada agora é, portanto, a seguinte: como se apresenta hoje a aliança de classes que o campesinato contraiu com a burguesia? Como se traduz na situação de classe do campesinato?

O ponto chave do compromisso entre o campesinato e a burguesia continua sendo a questão da terra. Hoje, os resultados desse compromisso são claros.

O campesinato se beneficia do monopólio da propriedade da terra. Isto se traduz, entre outros, pelo fato de que ele controla praticamente a entrada na profissão: para ser agricultor, precisa ser filho de agricultor. Ele controla, ainda, a utilização que se faz das terras agrícolas e guarda em reserva, com finalidades ou especulativas ou de uso pessoal, grandes quantidades de terras.

Pode dizer-se, desse ponto de vista, que os camponeses detêm a renda absoluta. Apenas esta não pode mais, como vimos, ser utilizada para criar uma relação de classe de caráter econômica, isto é, para extrair a renda. Mas isto só se verifica quando se trata da produção agrícola. Pois quando se trata de um outro uso do solo (terra para construção por ex.), a renda volta a ser encontrada no preço, especulativo, pelo qual o camponês aceita vender sua terra. Mas o que conta para o capital, é que a renda não venha a pesar sobre o preço dos gêneros alimentícios. E isto foi conseguido, como vimos, graças à generalização da propriedade fundiária camponesa.

Trata-se, portanto de um monopólio que dá um poder – político – de controle, mas não funda um direito – econômico – de extração de renda, nem constitui um obstáculo à penetração do capital na agricultura (como também vimos). Observa-se pois, tratar-se realmente de um compromisso realizado num longo período histórico, traduzindo e consagrando uma

relação de força na qual cada parte tentou preservar o que mais lhe importava. Esse monopólio, por limitado que seja no plano económico, não deixa de ser importante para o camponês, uma vez que lhe garante sua reprodução como pequeno produtor independente, pelo menos — e eis aqui uma reserva importante — na medida em que a terra lhe é necessária e suficiente (ela o é cada vez menos) para essa reprodução. Isto é importante tanto política como economicamente, pois a base da aliança entre o campesinato e a burguesia é justamente o reconhecimento da existência do camponês como pequeno proprietário e como produtor independente, aquela antiga reivindicação sinônima de emancipação econômica e política herdada dos ancestrais que sofreram e lutaram contra o jugo e a exploração do feudo.

Na base desta defesa da pequena propriedade, a burguesia utilizou, abundantemente, o campesinato contra o movimento operário, já na época da Revolução Francesa, mas sobretudo no século XIX e até hoje. A todas as vantagens econômicas da pequena produção camponesa para o capitalismo, precisa se acrescentar a vantagem política considerável do apoio fornecido pelo campesinato à burguesia nos períodos revolucionários. Ainda hoje, a cada eleição, os partidos da direita lançam apelos à "sabedoria", ao bom senso. . . e ao interesse bem compreendido dos camponeses (mediante subvenções criteriosamente distribuídas).

Ao serviço desta aliança, todos os meios foram utilizados. a política agrícola, a escola (difundindo a mitologia revolucionária e republicana), e a Igreja (denunciando os vermelhos ateus). Quero frisar com isso a importância política dessa aliança de classes. Ela foi e permanece um dos fundamentos da vida política, não apenas na França mas na maioria dos países europeus. Essa importância permanece, a despeito da diminuição do papel do campesinato no corpo eleitoral. A fraqueza das maiorias dá importância ao campesinato como grupo chave, cujas vozes podem levar à decisão.

Um segundo aspecto, que prolonga o primeiro, do compromisso entre o campesinato e a burguesia, é o fato do campesinato ser estreitamente associado à definição, e sobretudo à aplicação da política agrícola. É o sindicalismo agrícola que aplica a política agrícola. Reencontra-se aqui o poder de controle político corporativista outorgado pela burguesia ao campesinato: de conceder ao campesinato uma forma de autogestão profissional (veremos mais adiante para que fins).

Mas, em torno desse compromisso, a aliança sempre é conflituosa, nunca totalmente assegurada, tanto do lado da burguesia quanto do lado do campesinato.

A burguesia vive sua aliança com o campesinato de maneira contraditória. De um lado, ela é constrangida a preservar a estrutura familiar da exploração e o estatuto de produtores independentes dos camponeses para conservar o apoio político do campesinato. Do outro lado, ela precisa cuidar de assegurar a “modernização” do aparelho produtivo agrícola, isto é, fazer com que este se adapte às evoluções econômicas gerais para continuar a preencher seu papel produtivo, favorecendo ao máximo a acumulação do capital. Desse ponto de vista, o debate é constante no seio da burguesia a respeito da conveniência de manter os camponeses como pequenos produtores diretos. Novos projetos de industrialização da agricultura são constantemente propostos por certas camadas da burguesia. E a política agrícola aplicada constitui um compromisso entre as diversas camadas da burguesia em torno desse problema da modernização da agricultura.

Isto dito, uma situação hoje se configura: os camponeses, produtores diretos são ao mesmo tempo os fiadores e os donos da produção agrícola, e esta não só alimenta amplamente o país, mas ainda faz da França um dos grandes exportadores de produtos agrícolas. O governo é, com efeito, obrigado a consentir certas despesas orçamentárias que decorrem da estrutura familiar das explorações agrícolas, mas ele também pode dizer que o potencial produtivo agrícola francês é eficiente, uma vez que permite ocupar um lugar razoavelmente bom nos mercados internacionais. Isto não impede que a pressão sobre os produtores seja constante.

Voltamos a encontrar aqui o que foi dito na primeira parte a respeito das relações entre a pequena produção camponesa e o capitalismo. A dominação exercida por este último sobre a agricultura deixa prever certas dificuldades nas relações entre o Estado e os camponeses. A alta do preço da terra; a insuficiência dos preços agrícolas — meio pelo qual o capitalismo pressiona os camponeses para obrigá-los a intensificar sua produção —; o endividamento; o agravamento das condições de trabalho para aumentar a produtividade; a concentração progressiva das explorações por desaparecimento das menores; as destruições de safras em caso de saturação dos mercados, etc., estão na origem de movimentos camponeses. Estes podem revestir formas muito duras (greve das entregas de leite com bloqueio das estradas, intercepção de caminhões transportando produtos agrícolas importados e

destruição de seu conteúdo, derrama de estrume ou de produtos agrícolas na frente dos prédios oficiais), e até trágicas (enfrentamentos com a polícia provocando mortes).

O desenvolvimento dos contratos de produção entre os camponeses e as firmas agro-alimentares, ao submeter totalmente o trabalho do camponês às exigências técnicas, às normas de produção e às imposições financeiras das indústrias, chegou a negar pura e simplesmente a capacidade de autonomia como trabalhador e produtor independente pelo qual o camponês se define pessoal, social e politicamente, isto é, a negar pura e simplesmente as razões da aliança entre o campesinato e a burguesia.

Frente a todos esses problemas, uma corrente se desenvolveu no seio do campesinato para questionar a aliança. Esses agricultores levaram muito longe a análise de sua condição econômica e social, declarando que, no fundo, eles eram proprietários apenas de suas dívidas, portanto tinham, apenas a propriedade formal de seus meios de trabalho, e assim eram fundamentalmente trabalhadores explorados como os operários. Eles adotavam, finalmente, uma análise de classe da sociedade e se situavam na classe explorada. Daí, eles se batizaram "Camponeses-Trabalhadores".

De fato, em razão do próprio caráter contraditório da aliança entre o campesinato e a burguesia, o campesinato se desagrega. Até agora, simplifiquei bastante ao falar dos camponeses, como se formassem um só bloco homogêneo. O momento chegou de dizer que não é nada disso. Em realidade, nos países europeus como aqui, há uma diversidade econômica e social muito grande no seio do campesinato. Evoquei, no início desta exposição, o caso da grande exploração "capitalista" de cereais e beterrabas, muito equipada, empregando assalariados agrícolas e utilizando-se dos sistemas de produção muito simplificados, na Bacia Parisiense. Em todos os ramos da produção agrícola, há grandes, médias e pequenas explorações. Em relação aos problemas, evocados acima, de preços, endividamento, etc., as posições das diversas camadas de camponeses não são as mesmas.

Ora, é interessante observar que, no caso francês, pelo menos (mas não é o único), é nas médias explorações que as reações foram as mais vivas. Nas grandes, a reprodução simples e até ampliada é assegurada. Nas pequenas — os camponeses pobres —, encontram-se, na maioria das vezes, agricultores idosos, prestes a aposentar-se, ou agricultores que exercem outra atividade, ao mesmo tempo que na agricultura. Pelo contrário, nas explorações

médias, encontram-se agricultores que, ao mesmo tempo têm a ambição de permanecer como pequenos produtores independentes e têm as maiores dificuldades em realizá-la. É entre estes que se encontram, na França, os “Camponeses-Trabalhadores” que mencionei acima. Porém, é também entre estes que encontramos os elementos “dinâmicos”, prontos a fazerem o jogo da aliança com a burguesia para se safar. Então, contra os que se definem como “trabalhadores”, eles se fazem os defensores ardorosos da ideologia do “chefe de empresa”, do “pequeno empresário” cheio de iniciativa, moderno, e da liberdade de empresa em cujo nome os menos bem aquinhoados devem desaparecer. Portanto, a burguesia encontra neles, aliados preciosos, os intermediários que ela precisa para rearticular sua aliança com o campesinato. Esses camponeses “empresários” comandam os sindicatos camponeses, provavelmente porque se beneficiam do apoio do Estado e porque representam os agricultores bem sucedidos ao apoiar-se no sindicalismo oficial, mas também porque devolvem aos camponeses a única imagem que estes aceitam de si mesmos: a de um produtor autônomo, que justamente recusa a proletarização. Essa imagem corresponde aliás à sua situação real, uma vez que não são realmente vendedores de sua força de trabalho e permanecem proprietários — mesmo se é apenas juridicamente — de seus meios de trabalho, e vendedores do produto de seu trabalho.

Graças a esse apoio no seio mesmo do campesinato, o Estado pode manter sua política de concentração progressiva das explorações, e de intensificação do trabalho na agricultura. E toda sua estratégia política consiste em utilizar esses intermediários no campesinato para reforçar o sentimento que este tem de pertencer às classes médias, junto a pequenas e médias empresas, artesãos, técnicos, etc.

O sindicalismo agrícola, como já vimos, desempenha um papel importante na aplicação da política agrícola. Por isso torna-se, para o Estado, um importante expediente para exigir a manutenção da aliança de classes, e, ao mesmo tempo, fazer aceitar a política seletiva de modernização da agricultura. Assim, esse controle é monopolizado por uma camada dos agricultores — os que aceitam servir de representantes ao Estado no seio do campesinato porque são beneficiários de sua política agrícola. Esse controle leva ao que se poderia chamar de autogestão da seleção: são os próprios agricultores que geralmente decidem quais entre eles merecem beneficiar-se da ajuda do Estado e quais devem desaparecer. Deste ponto de vista, a burguesia soube

habilmente utilizar uma das características estruturais da pequena produção mercantil, isto é, o individualismo dos produtores diretos; para atingir seus objetivos, ela põs simplesmente estes em concorrência entre si.

Mas o resultado disto é que o sindicalismo agrícola está em crise: as camadas médias inferiores do campesinato não se reconhecem mais no sindicalismo oficial, a despeito do apoio vigoroso que este recebe do Estado, e cada partido de esquerda tem mais ou menos uma organização camponesa que lhe corresponde.

Apesar da extraordinária pressão ideológica e institucional que o Estado e as organizações profissionais agrícolas impõem ao campesinato, este encontra-se muito dividido; a aliança com a burguesia nunca obteve a unanimidade, hoje, menos do que anunca.

O voto camponês não é, de certo, monoliticamente conservador, apenas, no conjunto, um pouco mais do que o do corpo eleitoral francês. Porém o traço mais característico do comportamento eleitoral dos camponeses franceses é que reproduz o comportamento eleitoral do conjunto dos franceses: os votos camponeses se repartem entre os diversos partidos mais ou menos nas mesmas proporções que os do corpo eleitoral francês como um todo. Afinal, nem todos os operários franceses votam no PCF (Partido Comunista Francês), longe disso, e não se deduz daí que a classe operária é conservadora.

Assim, campesinato e burguesia só aceitam constrangidos e forçados a aliança de classes que os une. Na estrutura de classes capitalista, o campesinato é dominado; donde, ele procura aliança com a classe capitalista no poder para ter garantido seu estatuto de pequeno produtor direto. Mas a relação entre o trabalhador e o capital só pode se configurar como relação de exploração; e o camponês, ao aceitar essa aliança, sofre esta exploração; tudo o que ele pode fazer é tentar limitá-la.

A burguesia, de seu lado, não pode aceder ao poder nem nele se manter, sem o apoio do campesinato e, ao garantir esse apoio para si, ela se dá uma base política extremamente sólida, sobretudo onde a classe operária ainda não se desenvolveu muito e está concentrada em algumas cidades industriais. Ao aceitar essa aliança, a burguesia aceita a manutenção, no seio do capitalismo, de uma propriedade fundiária suscetível de exigir a renda, de uma relação de produção que é anticapitalista por excelência (uma vez que se trata de um produtor direto, portanto, de um trabalhador que recusa ser separado de seus meios de produção), e de uma estrutura de produção

artesanal que arrisca aumentar os custos de produção e freiar a entrada de capital num ramo de produção muito importante. Vimos que, de fato, não acontece nada disso e que a pequena produção camponesa contribui, a seu modo mas muito eficazmente, à acumulação capitalista. Porém, isto continua a ser questionado por certas camadas da burguesia e, de todo modo, a integração do campesinato nos mecanismos capitalistas de extração do sobre-trabalho não estava ganho de antemão e só se deu após um processo muito longo de desenvolvimento do capitalismo, influenciado, ele mesmo, pela exigência dessa pequena produção camponesa, e após uma longa guerra de desgaste entre o Estado e os camponeses; e estes não deixam de negociar sua extinção progressiva.

Portanto, não se pode dizer, como se diz muitas vezes, que o camponês é o aliado natural da burguesia. Essa aliança se deu na Europa em condições históricas muito particulares, diversas, aliás, segundo os países, porém marcadas de maneira geral pelo feudalismo. Foi o servo o soldado de primeira linha da revolução burguesa. Se não temesse cometer um anacronismo, falaria, a respeito da aliança entre o campesinato e a burguesia, de um compromisso histórico. Efetivamente, é disso que se trata.

Falta explicar porque esse compromisso não se deu entre o campesinato e a classe operária em vez de entre o campesinato e a burguesia. O balanço, muito caro para o campesinato, de sua aliança com a burguesia leva a colocar essa pergunta. Aqui, mais uma vez, a resposta será histórica. É no século XVIII, quando se dá a revolução burguesa e mediante a mesma, que o campesinato começa a se libertar da opressão feudal. A Revolução Francesa foi uma etapa decisiva, embora tenha contribuído mais para abrir do que para completar esse movimento de emancipação que devia se prolongar até a Primeira Guerra Mundial e que em certos regimes, está ainda inacabado. Na medida em que coube à burguesia derrubar a sociedade feudal, só com ela poderia o campesinato aliar-se para se libertar. Trata-se, antes, de uma aliança do que de uma situação de fato: a revolução é a sublevação de todo um povo reunido, unificado pela própria ordem feudal no seio do "Terceiro-Estado". E enquanto o povo de Paris está destruindo a Bastilha, os camponeses estão queimando os castelos.

O problema da aliança de classes vai, realmente, colocar-se a partir do momento em que o movimento operário toma corpo, isto é, a partir da metade do século XIX. A atitude do movimento operário para com o campesinato desempenha um papel decisivo. Essa atitude é anti-camponesa. Nos

debates que se instauraram no seio do movimento socialista europeu nascente, a questão agrária ocupou um lugar importante. A linha política que acabou impondo-se no seio dos partidos operários repousa numa concepção do desenvolvimento do capitalismo que só pode reforçar a aliança entre o campesinato e a burguesia. Segundo essa concepção, todas as atividades produtivas — e particularmente a agricultura — devem, progressivamente, ser transformadas pelo capitalismo, e a relação de produção capitalista fundamental deve generalizar-se sob a forma da oposição entre uma burguesia detentora dos meios de produção e uma classe operária possuidora de força de trabalho. O campesinato é, portanto, um anacronismo. Proprietário de terra e de seus meios de trabalho, ainda faz parte da classe possuidora. O camponês é, portanto, um aliado da burguesia até o momento em que é proletarizado pelo capitalismo, isto é, em que é obrigado a abandonar sua propriedade e a agricultura para se tornar operário na indústria. Portanto, o camponês é um inimigo de classe, enquanto camponês, porém um aliado de classe, enquanto futuro proletário. Isto significa que só passa a se tornar um aliado se aceitar a sua negação como camponês. Em todo caso, é condenado a desaparecer, e uma das tarefas históricas do socialismo é justamente acelerar esse desaparecimento para favorecer o desenvolvimento das forças produtivas. Entende-se que, frente a essa posição teórica e política que se torna o credo dos partidos operários no fim do século XIX, o campesinato tenha optado, e de maneira sempre mais consciente, a favor da aliança com a burguesia. Esta, por seu lado, como ação estratégica, aceitava continuar assumindo o papel histórico de lutar pela emancipação econômica e política do feudalismo; reconhecia e até ampliava suas conquistas (o fim do século XIX e a primeira metade do século XX são o período por excelência em que os camponeses acedem à propriedade da terra e em que se generaliza a exploração familiar autônoma) e declarava garanti-las politicamente. Acobertada por essa aliança política, a burguesia tinha condição de terminar de preparar as modalidades de submissão do trabalho camponês ao capital, tanto mais impunemente que o campesinato não dispunha de nenhum recurso político possível alhures. Este não tinha outra alternativa, uma vez que, por seu lado, os partidos operários só pensavam em suprimi-lo pura e simplesmente. Não é o exemplo soviético e depois o dos países europeus do Leste que podem desenganá-lo nesse ponto. Eles vêm, pelo contrário, reforçar sua atitude e fornecer novos argumentos para a burguesia.

Desde então, o campesinato não tem outra opção senão a revolta, (daí o caráter radical de suas ações) ou a colaboração de classes de caráter defensivo (que explica a impressão que dá, às vezes, de sempre situar-se ao lado do poder, isto é da burguesia, nas formações sociais capitalistas).

Assim, embora pequenos proprietários e trabalhadores diretos, os camponeses — ou em todo caso os pequenos e médios camponeses familiares — são trabalhadores explorados pelo capitalismo. Contrariamente a uma teoria corrente, segundo a qual eles seriam conservadores, ou mesmo reacionários por deterem a propriedade da terra, pode mostrar-se que a aliança que concluíram, nos países europeus, com a burguesia, pode se explicar pelas condições históricas nas quais a burguesia acedeu ao poder a partir do século XVIII, sobre as ruínas do feudalismo. E também pelas opções políticas feitas pelos partidos operários no fim do século XIX, em condições históricas muito específicas.

Não há razão para que essa história específica da Europa, que corresponde a um estágio de desenvolvimento do capitalismo, sirva de modelo teórico e político para o resto do mundo.

Se os pequenos camponeses proprietários são explorados pelo capital, porque não se admitir a possibilidade de uma aliança entre eles e os outros trabalhadores explorados? Isto supõe que os partidos operários reconheçam como legítima a reivindicação de um estatuto de pequeno produtor independente, até mesmo de pequeno proprietário, uma vez que os camponeses têm aí um de seus objetivos de luta. A importância dessa questão da pequena propriedade se explica historicamente, como já foi assinalado. Ele tornou-se uma questão crucial, porque é aí que se decidiu a opção da aliança de classes do campesinato na Europa. Porém, ela não representou nenhum obstáculo para o desenvolvimento do capitalismo. Sua importância seria portanto, política e ideológica mais do que teórica, e nada permitiria dizer que constituiria um empecilho real para o desenvolvimento da forma de socialização do trabalho e de acumulação social do valor no modo de produção no qual ela se inseriu.

Este ponto é fundamental, na medida em que permite pensar o problema da aliança entre o campesinato e a classe operária, no Brasil por exemplo, em termos bem diferentes dos da Europa.

Será que os partidos operários são capazes, por sua vez, de firmar um compromisso histórico com o campesinato? Da resposta a esta pergunta de-

pende o futuro político de um país. Ela deve, portanto, ser o objeto de um debate político direto entre o campesinato e o movimento operário; e esse debate, longe de ser fechado, permanece aberto, como a história.

Campina Grande, dezembro de 1980.